

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
Despacho	NP: cjxi7t30 SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 17/12/2025 Projeto de lei nº 2067/2025 Protocolo nº 13376/2025 Processo nº 4145/2025	
Autor: Dep. Beto Dois a Um		

Estabelece diretrizes para acessibilidade em trilhas turísticas públicas e unidades de conservação no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece diretrizes para promover a acessibilidade informativa e estrutural mínima em trilhas turísticas públicas, parques estaduais e demais áreas de visitação ambiental situadas no Estado de Mato Grosso, visando à inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Art. 2º As diretrizes previstas nesta Lei contemplam, no mínimo:

- I – sinalização padronizada em pontos estratégicos da trilha, com pictogramas universalizados;
- II – informações prévias sobre nível de dificuldade, extensão, tempo estimado de percurso e eventuais barreiras naturais;
- III – disponibilização de conteúdo acessível em plataformas digitais oficiais, contendo mapa, acessibilidade parcial ou total e orientações de segurança;
- IV – instalação de placas informativas em braile ou QR Code acessível em áreas de maior fluxo;
- V – identificação de trechos com acessibilidade ampliada, quando houver.

Art. 3º A adoção das diretrizes ocorrerá de forma gradual, observando:

- I – a capacidade operacional dos órgãos gestores;
- II – as características ambientais do local;
- III – a não realização de intervenções que causem dano ambiental;
- IV – o aproveitamento de estruturas e materiais já existentes sempre que possível.

Art. 4º A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, em conjunto com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, poderá disponibilizar modelos padronizados de placas, mapas e sinalizações para uso pelos municípios e unidades de conservação.

Art. 5º As informações acessíveis previstas nesta Lei poderão ser disponibilizadas prioritariamente por meios digitais, incluindo páginas oficiais, aplicativos, QR Codes ou painéis online de visitação.

	<p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p>	
---	--	---

Art. 6º A implementação desta Lei não implicará criação de cargos, novas unidades administrativas ou despesas permanentes, devendo utilizar recursos já existentes.

Art. 7º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, definindo padrões técnicos de sinalização acessível, materiais recomendados e parâmetros mínimos de implementação.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa estabelecer diretrizes de acessibilidade em trilhas turísticas públicas, parques estaduais e demais áreas de visitação ambiental, garantindo a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e pessoas com mobilidade reduzida. O turismo de natureza é importante vetor econômico e social em Mato Grosso, e a ampliação do acesso a esses espaços representa um passo fundamental para assegurar direitos, democratizar o uso das unidades de conservação e fortalecer a cidadania.

A acessibilidade em áreas naturais não exige, necessariamente, grandes obras. Em muitos casos, a principal barreira enfrentada pelos visitantes é a falta de informação clara e acessível, como nível de dificuldade da trilha, condições do terreno, extensão, tempo de percurso e obstáculos ambientais. A padronização de placas, mapas, pictogramas universais e QR Codes acessíveis já é adotada em diversos países como medida simples, eficaz e de baixo custo.

Ao prever o uso de ferramentas digitais e a utilização de estruturas já existentes, a Lei garante que o Estado possa avançar na inclusão sem causar impactos ambientais ou financeiros relevantes.

A medida contribui para:

- promover o acesso seguro e informado a pessoas com deficiência;
- valorizar o turismo ecológico responsável;
- reduzir riscos em trilhas de maior dificuldade;
- facilitar o planejamento de visitação por famílias, escolas e grupos organizados;
- aumentar a atratividade turística do Estado com boas práticas de inclusão.

Impacto Orçamentário

A proposta apresenta impacto orçamentário mínimo, pois:

- não cria órgãos, unidades administrativas ou cargos;
- utiliza sinalização já existente, com simples adaptação visual;
- permite substituição gradual de placas no ciclo natural de manutenção ambiental;
- prioriza ferramentas digitais — QR Codes, páginas web e mapas eletrônicos — cujo custo é praticamente nulo;
- permite uso de modelos padronizados, reduzindo gastos com design e produção.

A implementação depende essencialmente de normatização e padronização, e não de investimento estrutural, o que a torna plenamente viável para os órgãos ambientais e turísticos.

Diante da relevância social, turística e ambiental, aliada ao baixo custo e grande potencial de inclusão, a aprovação deste Projeto de Lei é medida necessária, oportuna e alinhada às melhores práticas nacionais e internacionais.



Estado de Mato Grosso
Assembleia Legislativa



Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 17 de Dezembro de 2025

Beto Dois a Um
Deputado Estadual